

# **Curso de Siasi**

Uma Abordagem Prática da Execução  
Orçamentária e Financeira

CIDADE GRÁFICA E EDITORA LTDA  
SIBS QUADRA 03 CONJUNTO A LOTES 26 / 28 - NÚCLEO BANDEIRANTE  
CNPJ: 26.453.126/0001-05  
CF /DF: 07.307.981/001-80  
FONES: (61) 3552-5066 / 1755 - FAX: (61) 3386-4980

Paulo Henrique Feijó da Silva  
Liane Ferreira Pinto  
Francisco Glauber Lima Mota

# Curso de Siafi

Uma Abordagem Prática da Execução  
Orçamentária e Financeira

1ª Edição  
Brasília  
2006

© 2006 by Autores

Paulo Henrique Feijó da Silva  
Liane Ferreira Pinto  
Francisco Glauber Lima Mota

Arte da Capa  
Tiago Feijó Ponte

Revisão  
Os Autores

**Dados Internacionais de Catalogação (CIP)**

Feijó, Paulo Henrique  
Curso de SIAFI : uma abordagem prática da execução orçamentária e financeira / Paulo Henrique Feijó da Silva, Liane Ferreira Pinto, Francisco Glauber Lima Mota. – Brasília : Cidade, 2006.  
360 p. : il.

Inclui Bibliografia  
ISBN: 85-906273-1-4  
ISBN: 978-85-906273-1-9

1. Finanças públicas – Brasil. 2. Administração financeira – Brasil. 3. Orçamento público – Brasil. 4. Despesa pública – Brasil. 5. Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). I. Pinto, Liane Ferreira. II. Mota, Francisco Glauber Lima. III. Título.

CDD 336.81

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Administração financeira: Brasil – 354.810072

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou informação computadorizada, sem permissão por escrito dos autores. A violação dos direitos de autor (Lei no 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Endereço dos autores para correspondência: [paulo.feijó@financaspublicas.pro.br](mailto:paulo.feijó@financaspublicas.pro.br), [liane.pinto@financaspublicas.pro.br](mailto:liane.pinto@financaspublicas.pro.br), [glauber.mota@financaspublicas.pro.br](mailto:glauber.mota@financaspublicas.pro.br).

Editor:  
Paulo Henrique Feijó da Silva  
Condomínio Entre Lagos, Quadra I, Conjunto “T”, Casa 23  
Sobradinho – Brasília – DF  
E-mail: [paulo.feijó@financaspublicas.pro.br](mailto:paulo.feijó@financaspublicas.pro.br)

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Paulo Freire

Agradecemos às instituições em que trabalhamos, em especial à Secretaria do Tesouro Nacional, responsável em grande parte pelos nossos conhecimentos e oportunidades, e ainda, aos colegas e alunos que foram fontes de inspiração no desenvolvimento desta obra.

# Sumário

Prefácio à 1ª Edição .....	15
Visão Geral do Livro .....	17
1 – Apresentação e Conceitos Básicos do Sistema.....	23
1.1 – Histórico.....	25
1.2 – Objetivos.....	25
1.3 – Características.....	25
1.4 – Modalidades de Uso.....	25
1.5 – Formas de Acesso .....	32
1.6 – Segurança .....	32
1.7 – Conceitos Fundamentais para Navegação.....	32
1.8 – Principais Documentos Contábeis de Entrada de Dados .....	32
1.9 – Modalidades de Consulta.....	35
1.10 – Diagrama do Sistema (Árvore do Siafi).....	35
1.11– Menu Principal.....	35
1.12– Acesso ao Siafi.....	48
2 – Principais Verbos, Transações e Tabelas Administrativas .....	63
2.1 – Verbos .....	64
2.2 – Transações de Informações do Sistema.....	67
2.2.1 – Verificando a Lista de Usuários da Unidade Gestora (LISTAUSUG).....	69
2.2.2 – Consultando Usuários habilitados em determinada Transação (LISUSUTRAN).....	69
2.2.3 – Consultando o Calendário do Sistema (CALENDARIO) .....	71
2.2.4 – Acessando o Manual do Sistema Siafi (CONMANMF).....	71
2.3 – Incluindo e Consultando Mensagens (INCMSG, CONMSG E CONRECMENS) .....	72
2.3.1 – Incluindo Mensagens (INCMSG) .....	73
2.3.2 – Consultando Mensagens Enviadas (CONMSG).....	74
2.3.2 – Consultando Mensagens Recebidas (CONRECMENS).....	74
2.4 – Tabelas Administrativas .....	74
2.4.1 – Consultando a Tabela de Órgão (CONORGAO).....	75
2.4.2 – Consultando a Tabela de Unidade Gestora (CONUG).....	75
2.4.3 – Consultando a Tabela de Subórgão (CONSUBORG).....	75

2.4.4 – Acessando a Tabela de Gestão (CONGESTÃO) .....	75
2.4.5 – Verificando Relacionamento de Órgão e Gestão (CONORGEST).....	75
2.4.6 – Verificando a Tabela de Unidade Orçamentária (CONUO).....	75
2.4.7 – Consultando a Tabela de Municípios (CONMUN).....	75
3 – Subsistema de Contas a Pagar e a Receber – CPR .....	77
3.1 – Apresentação .....	80
3.2 – Vantagens do CPR.....	82
3.3 – Conceitos Básicos .....	82
3.4 – Estrutura .....	82
3.4.1 – Módulo ENTRADADOS .....	87
3.4.2 – Módulo CONSULTA.....	87
3.4.3 – Módulo FLUXOCAIXA.....	88
3.5 – Funcionamento.....	86
3.6 – Habilitação .....	86
3.6.1 – Habilitação do Órgão .....	87
3.6.2 – Habilitação da Unidade Gestora .....	87
3.6.3 – Habilitação do Operador .....	88
3.7 – Conhecendo as Tabelas de Apoio .....	86
3.7.1 – Verificando Tipos de Documentos (CONDOCHAB).....	87
3.7.2 – Consultando as Situações (CONSITDOC) .....	87
3.7.3 – Explorando a Tabela de Deduções/Encargos (CONDEDUCAO).....	88
4 – O Siafi como Instrumento da Contabilidade Pública .....	101
4.1 – Conceitos Básicos .....	102
4.2 – Plano de Contas da Administração Federal.....	102
4.2.1 – Sistemas Contábeis .....	103
4.2.2 – Estrutura Básica do Plano de Contas .....	104
4.2.3 – Codificação das Contas .....	104
4.2.4 – Critérios de Classificação das Contas .....	105
4.2.5 – Consultando o Plano de Contas da Administração Federal (CONCONTA).....	105
4.3 – Consultando a Tabela de Eventos (CONEVENTO).....	106
4.4 – Verificando os Indicadores de Conta e Evento (CONINDCONT).....	107
4.5 – Consultando o Livro Razão (CONRAZAO).....	107
4.6 – Consultando o Livro Diário (DIARIO) .....	108
4.7 – Verificando o Balancete Contábil (BALANCETE) .....	109
5 – Orçamento, Descentralização de Créditos e Empenho da Despesa.....	115
5.1 – Instrumentos de Planejamento.....	116
5.1.1 – Plano Plurianual – PPA.....	117
5.1.2 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO .....	118
5.1.3 – Lei de Orçamento Anual - LOA .....	118
5.2 – Conhecendo as Tabelas Orçamentárias.....	118
5.2.1 – Como se Classifica a Despesa Orçamentária .....	119
5.2.2 – Consultando Natureza de Despesa Orçamentária (CONNATSO).....	119
5.2.2 – Consultando o Programa de Trabalho (CONPT).....	119
5.2.2 – Consultando o Programa de Trabalho Resumido (CONPTRES).....	119
5.2.2 – Consultando Fonte de Recursos (CONFONTE).....	119
5.2.2 – Conhecendo Outros Indicadores Orçamentários (CONINDORC).....	119
5.3 – Executando o Orçamento.....	121
5.3.1 – Detalhando o Crédito Autorizado (DETAORC).....	122
5.3.2 – Descentralizando o Crédito Disponível (NC) .....	123
5.3.3 – Empenhando a Despesa (NE e ATULI).....	123
5.4 – Consultando Documentos da Execução Orçamentária .....	127

5.4.1 – Consultando Nota de Dotação – ND (CONND) .....	127
5.4.2 – Consultando Nota de Descentralização de Créditos (CONNC) .....	132
5.4.3 – Consultando Nota de Empenho – NE (CONNE) .....	132
6 – Programação Financeira e Descentralização de Recursos .....	135
6.1 – Conceitos Básicos da Programação Financeira .....	136
6.1.1 – Execução da Programação Financeira no Siafi .....	142
6.2 – Conhecendo as Tabelas de Apoio da Programação Financeira .....	137
6.2.1 – Consultando a Vinculação de Pagamento (CONVINCPAG) .....	142
6.2.2 – Consultando os Indicadores Orçamentários (CONINDORC) .....	142
6.3 – Espécies de Programação e Movimentação Financeira .....	141
6.3.1 – Proposta de Programação Financeira (PPF) - Espécie 1 .....	142
6.3.2 – Programação Financeira Aprovada (PFA) - Espécie 2 .....	142
6.3.3 – PPF/PFA - Espécie 3 .....	142
6.3.4 – Proposta de Remanejamento Financeiro - (PRF) - Espécie 4 .....	142
6.3.5 – Proposta de Remanejamento Aprovada - (PRA) - Espécie 5 .....	142
6.3.6 – Transferência de Limite Financeiro - (TLF) - Espécie 8 .....	142
6.3.7 – Devolução de Limite Financeiro - (DLF) - Espécie 9 .....	142
6.4 – Consultando a Nota de Programação Financeira (CONPF) .....	141
6.5 – Liberação de Recursos .....	142
7 – Receita Pública e a Guia de Recolhimento da União - GRU .....	155
7.1 – Conceitos Básicos .....	157
7.2 – Consultando Código de Receita SOF (CONREC/SOF) .....	169
7.3 – Conhecendo a Guia de Recolhimento da União .....	170
7.3.1 – Tipos de GRU .....	157
7.3.2 – GRU Eletrônica .....	159
7.3.3 – Conhecendo os Códigos de Recolhimento (CONCODGR) .....	160
7.3.4 – Verificando a Destinação dos Recolhimentos (CONDESTGR) .....	164
7.3.5 – Nota de Registro de Arrecadação .....	165
8 – Liquidação da Despesa .....	193
8.1 – Registro da Despesa no Siafi .....	196
8.1.1 – Incluindo um Documento Hábil .....	197
8.1.2 – Incluindo um Documento Hábil com Cópia de Outro .....	199
8.1.3 – Alterando ou Cancelando um Documento Hábil .....	206
8.1.4 – Incluindo um Documento Hábil com Protocolo .....	207
8.1.5 – Consultando os Documentos Hábeis .....	210
9 – Consulta Compromissos a Pagar e a Receber – Fluxo de Caixa .....	243
9.1 – Demonstrativo dos Compromissos .....	244
9.1.1 – Filtrando a Consulta .....	246
9.1.2 – Consultando Compromissos Associados a Lista .....	247
9.1.3 – Consultando Compromissos Gerados por Documento Hábil .....	248
9.1.4 – Decodificando o Compromisso .....	250
9.1.5 – Detalhando o Documento Hábil .....	256
9.1.6 – Alterando a Data de Pagamento do Compromisso .....	257
9.1.7 – Realizando ou Baixando Compromissos .....	260
9.1.8 – Consultando Compromissos Realizados .....	262
9.2 – Demonstrativo do Fluxo Financeiro .....	264
9.2.1 – Consultando a Disponibilidade .....	264
9.3 – Demonstrativo Consolidado dos Compromissos .....	264
9.3.1 – Consultando Demonstrativo Consolidado dos Compromissos Pendentes .....	246
9.3.2 – Consultando Demonstrativo Consolidado dos Compromissos Realizados .....	247
9.3.3 – Detalhando os compromissos .....	248

10 – Modalidades de Pagamento.....	267
10.1 – Cadastro de Apoio do Pagamento.....	268
10.1.1 – Verificando Inadimplência no CADIN.....	273
10.1.2 – Consultando o Cadastro Único de Convenientes (CAUC).....	275
10.1.3 – Atualizando e Consultando o Domicílio Bancário da Unidade Gestora (ATUDOMBAN e CONDOMBAN).....	281
10.1.4 – Cadastrando e Consultando Dados do Credor (ATUCREDOR e CONCREDOR).....	273
10.1.5 – Cadastrando e Atualizando o Domicílio Bancário do Credor (ATUDOMCRED e CONDOMCRED).....	273
10.2 – Ordem Bancária (OB).....	282
10.2.1 – Movimentação do Recurso X Crédito ao Favorecido.....	273
10.2.2 – Modalidades de Ordens Bancárias.....	275
10.2.3 – Modalidades de Ordens Bancárias movimentadas via Banco do Brasil.....	273
10.2.4 – Modalidades de Ordens Bancárias movimentadas via SPB.....	273
10.2.5 – Emissão de Ordem Bancária (OB).....	273
10.2.6 – Principais Características das Ordens Bancárias.....	275
10.2.7 – Cancelamento de Ordem Bancária.....	273
10.2.8 – Emitindo Lista de Credores (ATULC).....	275
10.2.9 – Emitindo Lista de Bancos (ATULB).....	273
10.2.10 – Criando Lista de Processos Judiciais (ATULP).....	273
10.2.11 – Atualizando e Consultando Lista de Ordem Bancária (ATULOB e CONLOB).....	273
10.2.12 – Imprimindo a Relação de Ordens Bancárias (IMPRELOB).....	275
10.2.13 – Consultando Ordem Bancária (OB).....	275
11 – Retenção e Recolhimento de Tributos e Contribuições.....	289
11.1 – Noções Básicas de Direito Tributário.....	290
11.1.1 – Substituição Tributária.....	291
11.1.2 – Conceitos Básicos de Direito Tributário.....	291
11.1.3 – Responsabilidade Tributária.....	291
11.2 – Regras para Retenção de Imposto de Renda Pessoa Física.....	292
11.2.1 – Rendimentos Tributáveis.....	291
11.2.2 – Rendimentos Isentos ou Não-Tributáveis.....	291
11.2.3 – Normas de Retenção na Fonte.....	291
11.2.4 – Tabela Progressiva Mensal.....	291
11.2.5 – Pagamento e Recolhimento do Imposto.....	291
11.3 – Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal – SRF – (DARF) – Pagamentos a Pessoas Jurídicas.....	293
11.3.1 – Regras de Retenção para Entidades da Administração Pública Federal.....	291
11.4 – Receitas Administradas pela Secretaria de Receita Previdenciária – GPS.....	294
11.4.1 – Conceitos Básicos e Normas Gerais.....	291
11.4.2 – Regimes Próprios de Previdência Social.....	291
11.4.3 – Normas de Retenção na Fonte.....	291
11.4.4 – Da Ocorrência do Fato Gerador da Contribuição Previdenciária.....	291
11.4.5 – Regras para Retenção dos Órgãos Públicos Federais.....	291
11.4.6 – Serviços sujeitos à Retenção nos casos de Cessão de Mão-de-Obra e Empreitada.....	291
11.4.7 – Apuração da Base de Cálculo da Retenção.....	291
11.4.8 – Destaque da Retenção.....	291
11.4.9 – Recolhimento do Valor Retido.....	291
11.4.10 – Obrigações da Empresa Contratante.....	291
11.4.11 – Responsáveis Solidários.....	291
11.4.12 – Órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público.....	291
11.5 – Receitas Administradas pelos Municípios – ISS.....	296
11.5.1 – Da Obrigação de Retenção.....	296
11.5.2 – Do Local da Ocorrência do Fato Gerador.....	296
11.5.3 – Da Obrigação de Reter para o Município fora da sede do órgão.....	299
11.6 – Tabelas de Apoio ao Recolhimento de Tributos e Contribuições no Siafi.....	300
11.6.1 – Consultando Códigos de Receita DARF (CONCODREC).....	300
11.6.2 – Consultado Códigos de Pagamento da GPS (CONCODPAG).....	300

11.6.3 – Consultando os Códigos do Salário Educação (CONCODSE) .....	301
11.6.4 – Consultando Municípios Conveniados para Retenção do ISS (CONMUN) .....	303
11.7 – Emissão e Consulta de Documentos de Recolhimento .....	300
11.7.1 – Emitindo e Consultando DARF Eletrônico (DARF E CONDARF) .....	300
11.7.2 – Operando com Lista de Recolhedores (ATULR e CONLR) .....	300
11.7.3 – Emitindo e Consultando GPS Eletrônica (GPS E CONGPS) .....	301
11.7.4 – Emitindo e Consultando Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais/Municipais – DAR (DAR E CONDAR) .....	303
11.7.5 – Emitindo e Consultado a Guia de Informações da Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – GFIP (GFIP E CONGFIP) .....	300
11.7.6 – Emitindo e Consultando a GSE Eletrônica (GSE E CONGSE) .....	300
12 – Consultando a Execução Orçamentária e as Transferências .....	311
12.1 – Criando Relatórios da Execução Orçamentária – CONOR .....	312
12.2 – Consultando a Execução Orçamentária – CONSULTORC .....	314
12.3 – Consultando Detalhamento da Execução Orçamentária - CELULAS .....	315
12.4 – Consultando Dados da Execução Orçamentária - CONORC .....	315
12.5 – Consultando Convênios – CONCONV .....	316
12.6 – Consultando Transferências para Estados e Municípios .....	321
Bibliografia .....	328

# Prefácio à 1ª Edição

A década de 80 ao mesmo tempo em que ficou marcada na história brasileira como a década perdida, no que se refere ao baixo crescimento econômico, elevados índices de inflação e esgotamento do modelo de crescimento com a utilização de recursos externos, também ficou marcada na sua segunda metade, como o período em que o país vivenciou grandes marcos no reordenamento das finanças públicas, dentre os quais destaca-se:

- A criação da Secretaria do Tesouro Nacional, em 1986.
- A implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em 1987.
- A instituição da Conta Única do Tesouro Nacional, em 1988.

Pode-se dizer que estas três grandes conquistas são na verdade “irmãs siamesas”, que permanecem intrinsecamente relacionadas até os dias de hoje e representam grandes pilares do processo de controle e transparência da administração dos recursos públicos federais.

Considerando-se que a gestação do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI teve início em 1986, em 2006 completa-se duas décadas, desde sua concepção. Hoje pode-se dizer que o SIAFI é uma grande conquista da sociedade brasileira, o qual se tornou um sistema de Estado e não de governo.

Após esses vinte anos de pleno sucesso, o Sistema passou por diversas reformulações e aperfeiçoamentos, destacando-se o reprojeto ocorrido em 1996. Consolidou-se em todos os órgãos federais e é reconhecido como o mais importante instrumento para o controle dos gastos públicos federais, tendo sido indicado para outros países, por alguns organismos internacionais, como exemplo de experiência bem sucedida de Sistema voltado para a transparência dos gastos públicos.

Mesmo sendo uma grande ferramenta de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, o sistema por si só não sobreviveria sem a dedicação dos milhares de gestores públicos que interagem diariamente com o mesmo. Em momento de pico operam no SIAFI em média 2.400 usuários simultâneos, que executam 3,2 milhões de transações por dia, registrando em média 1,8 milhões de documentos por mês, tendo como tempo médio de resposta 0,12 segundos.

A implementação do “Grupo de Usuários do SIAFI” é um exemplo de tentativas de interação com os gestores para permitir o aperfeiçoamento do Sistema.

Por trás da grandiosidade do sistema está a abnegação de gestores públicos que muitas vezes não possuem a oportunidade de participar de treinamentos nas rotinas de execução orçamentária e financeira, antes mesmo de serem apresentados ao SIAFI.

Algumas importantes iniciativas da Secretaria do Tesouro Nacional contribuem para minimizar a falta de treinamento dos gestores como, por exemplo, o Manual do SIAFI, que representa uma importante ferramenta para orientação aos seus usuários no tocante à sua operacionalização e o Centro de

Treinamento Virtual do Siafi – CTVS, que proporciona a oportunidade de treinamento à distância. Entretanto, mesmo sendo um material com finalidade didática, está disponível apenas para aqueles que têm acesso ao Sistema. Além disso, por se tratar de um manual de procedimentos, está limitado a algumas regras de produção de texto, que dificultam em muitas situações o entendimento do Sistema por meio de leigos e interessados.

Além disso, atualmente as circunstâncias criadas pelo arcabouço jurídico que rege as regras da execução orçamentária e financeira demandam cada vez mais uma maior capacitação do gestor público extrapolando em muito a necessidade básica de conhecimento das regras de operacionalização do sistema.

Estruturado em uma plataforma contábil, a execução das rotinas orçamentária e financeira exige conhecimentos de contabilidade pública, direito financeiro (receita, despesa, orçamento público), Lei de Responsabilidade Fiscal, direito tributário (regras de retenções tributárias), dentre outras áreas derivadas do ramo das finanças públicas.

Observando este contexto e vivenciando há mais de dez anos a experiência de operacionalizar o Siafi, inclusive contribuindo, em algumas ocasiões, com a implementação de novas rotinas, é que os autores idealizaram a produção deste livro, a partir da necessidade de material comprometido com a didática e que ofereça condições melhores para facilitar o aprendizado das etapas da execução orçamentária e financeira no sistema.

Trata-se do primeiro livro dedicado ao estudo e disseminação das rotinas e procedimentos do Siafi, bem como de conceitos técnicos referentes à execução orçamentária e financeira. Esta obra contempla uma visão prática da execução orçamentária e financeira no âmbito da Administração Pública Federal. Além disso, está inserido importante conteúdo teórico em cada capítulo de modo a reforçar e justificar os procedimentos descritos. Quanto ao conteúdo teórico a idéia não é aprofundar o assunto, nem mesmo provocar discussões polêmicas, mas trazer conceitos básicos necessários ao entendimento mínimo das regras da execução orçamentária e financeira.

Neste sentido recomenda-se a busca de novas fontes de consulta de assuntos relacionados à gestão orçamentária e financeira, bem como o entendimento mais detalhado das regras e princípios que norteiam a contabilidade pública.

Destacam-se nesta edição informação destinada a oferecer mais agilidade na navegação do Sistema, além de dicas sobre suas funcionalidades. Em cada capítulo há diversas figuras que orientam o usuário do Sistema acerca da utilização de cada transação, indicando o "passo a passo".

Assim, espera-se contribuir com um material didático voltado às necessidades de agentes públicos, estudantes e cidadãos que queiram conhecer, aprender, ou mesmo se atualizar neste tema tão dinâmico que é a Administração Financeira e Orçamentária, a partir de uma abordagem prática no Siafi.

# Visão Geral do Livro

Este livro foi concebido de forma a permitir que o leitor passe por todas as etapas da execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, está estruturado em capítulos que vão desde os procedimentos técnicos e operacionais de acesso ao sistema até o estudo das principais transações de consultas da execução orçamentária no Siafi.

Nos quatro primeiros capítulos são apresentados os conceitos básicos do sistema, seu contexto histórico, objetivo, formas de acesso e apresentação da “árvore” de navegação do Siafi (capítulo 1). Em seguida trata-se das transações de informação do sistema, a sistemática de comunicação por meio de “Comunica”, acesso às tabelas administrativas e às funcionalidades dos verbos (capítulo 2).

Desde 2000, foi incorporado ao Siafi o Subsistema de Contas a Pagar e a Receber – CPR, que trouxe novos conceitos e ênfase na elaboração do fluxo de caixa da unidade gestora e, em consequência, do órgão. No capítulo 3 são apresentadas as vantagens, conceitos básicos e estrutura desse subsistema, bem como as tabelas que o apóiam.

O Siafi foi criado tendo como base de informações e controle a contabilidade, portanto, alguns conceitos contábeis são exigidos para que o usuário do sistema ganhe familiaridade com o mesmo. Apesar do viés contábil, após a implantação do CPR, cada vez menos se exige conhecimentos aprofundados de contabilidade pública. No entanto, o entendimento do mecanismo milenar das partidas dobradas (débito/crédito), da estrutura do plano de contas e da tabela de eventos, pode tornar o usuário do sistema mais habilitado a navegar com desenvoltura pelo Siafi. O capítulo 4 então se propõe a capacitar o gestor nesses conceitos básicos a partir do tripé que sustenta o Siafi: Plano de Contas, Tabela de Eventos e Tabela de Indicadores contábeis. A leitura dessa parte básica traz ainda os mecanismos de consulta contábil mais utilizados no dia a dia da unidade gestora como, por exemplo, a utilização das transações CONRAZAO e BALANCETE.

O capítulo 5 começa trazendo os conceitos mais utilizados durante o ciclo orçamentário da execução da despesa, passando pelas várias classificações orçamentárias da despesa e tabelas que apóiam o processo de execução do orçamento.

Após a transmissão dos dados da Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, as setoriais orçamentárias iniciam as rotinas de detalhamento e descentralização do crédito disponível, para posterior empenho por parte das unidades gestoras executoras. Assim, no capítulo 5 são abordados procedimentos relacionados à emissão das Notas de Dotação – ND, Notas de Descentralização de Crédito – NC e Nota de Empenho – NE.

Paralelamente à execução orçamentária a unidade pode iniciar a elaboração da programação financeira solicitando recursos para a setorial financeira do seu órgão. O capítulo 6 aborda o funcionamento da programação financeira no Siafi e as várias espécies de PF que podem ser utilizadas.

Visando proporcionar ao leitor uma visão da sistemática de ingresso de recurso na conta única, o capítulo 7 trata dos principais conceitos relacionados à receita pública, sua caracterização e os estágios percorridos até o momento do recolhimento aos cofres públicos. Além disso, trata das classificações da receita de acordo com sua origem (natureza da receita) e sua destinação (fonte de recursos), com destaque para as rotinas relacionadas com a Guia de Recolhimento da União.

A liquidação é a verificação do implemento de condição do empenho e tem por objetivo apurar: a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. O registro desse estágio no Siafi a partir do CPR é abordado no capítulo 8, a partir da inclusão do documento hábil responsável pela liquidação da despesa.

O empenho da despesa e a liquidação afetam diretamente o fluxo de caixa da unidade gestora gerando compromissos a pagar, O capítulo 9 demonstra a partir do estudo da transação CONFLUXO como se pode consultar o fluxo de caixa da unidade.

Liquidada a despesa resta à unidade efetuar as deduções relativas às retenções previstas na legislação tributária e efetuar o pagamento do valor devido ao fornecedor. O capítulo 10 trata das diversas modalidades de pagamento que podem ser utilizadas para liquidação da obrigação com o credor. Antes de realizar o pagamento, o gestor deve proceder ao cadastro do credor e verificar se o mesmo não se encontra inadimplente com o governo. Além de apresentar as transações que auxiliam nessa verificação, o capítulo descreve as características das modalidades de ordens bancárias, seu relacionamento com as listas e as rotinas de impressão e consulta às ordens bancárias.

A última fase da execução da despesa refere-se ao recolhimento dos tributos e contribuições retidos e das obrigações patronais. Entretanto para realizar as retenções na legislação da forma prevista é importante que o gestor saiba enquadrar a respectiva situação de pagamento nas hipóteses de incidência da retenção, ou seja, como saber se naquele pagamento que está efetuado deve ou não incidir a retenção? Existem casos em que a legislação traz hipóteses de não retenção. O capítulo 11 auxilia o gestor na busca dessa resposta sem, no entanto esgotar o assunto. Esse capítulo tem a proposta audaciosa de fazer um resumo da legislação que trata do assunto com foco nas retenções para a Secretaria da Receita Federal – SRF, a Secretaria de Receita Previdenciária – SRP, e as prefeituras municipais, estas apenas às relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. São estudadas ainda as transações relacionadas à GFIP e GSE, considerando que a GRU foi tratada no capítulo 7. Inicialmente são abordados conceitos básicos de direito tributário que são fundamentais para que o gestor compreenda melhor o seu papel no contexto da retenção de tributos.

Por último aborda-se no capítulo 12 as principais consultas relacionadas com a execução orçamentária e às transferências para estados e municípios.

Assim, procura-se oferecer elementos para que o leitor entenda melhor o funcionamento do Siafi, sob o enfoque normativo, operacional e prático, da execução orçamentária e financeira no âmbito do governo federal.